

de mudanças e procedimentos inovadores e sua própria visão de Educação, dentro de uma perspectiva humanista; e é nesta perspectiva que a autora deste capítulo, em seu decorrer, vai apontando caminhos para uma administração escolar cooperativa, integradora, verdadeiramente educacional e inovadora.

O capítulo 5, desenvolvido por M.L. de V. Parra é dedicado à avaliação do desempenho das mães-monitoras, tendo como parâmetro a consecução das metas e dos objetivos educacionais propostos pelo Plano de Monitoria de Mães. A autora comenta diferentes conceitos de "avaliação de desempenho", enfatizando como, no plano educacional, este problema está estreitamente relacionado à aprendizagem dos alunos e, no caso específico da monitoria de mães, relacionado também ao desempenho da professora. Da mesma forma que a questão do "treinamento" (cap. 3), também a "avaliação de desempenho" não é uma área de fácil abordagem humanista; contudo, o tratamento dado ao problema, à metodologia utilizada para a obtenção e a análise dos dados, permitiu a aproximação desta questão ao posicionamento teórico da obra.

O capítulo 6, escrito por M.I.S. Sales, traz a discussão da "interação mãe-monitora-professora-aluno". Pesquisas sobre interação têm merecido destaque nas ciências sociais dada a importância (e dificuldade) da operacionalização dos conceitos envolvidos e de sua metodologia de estudo. Neste sentido, a autora apresenta e comenta, no início do capítulo, alguns trabalhos. Os exemplos descritivos das sessões de observação de interação auxiliam o leitor a penetrar nas situações bem como oferecem alguma pista metodológica no campo de estudo das interações.

A questão da integração escola-comunidade — objetivando o crescimento e benefício mútuos entre adulto e criança, num processo educacional que se reflita na comunidade — é posta e discutida por E.L. Carrillo de Lucca no cap. 7 que trata da "influência familiar da monitoria de mães". Nesta discussão, a ênfase se dá à importância deste processo, ocorrendo nos primeiros anos de vida da criança.

A autora hipotetiza que a participação da mãe na vida escolar — conforme a experiência nas EMEIs — poderia levá-la a "extrapolar os limites da escola e, por sua participação, modificar sua vivência consigo mesma e com os demais" (pág. 83). Para seu estudo, a pesquisadora utilizou-se de entrevistas e análise de documentação.

A presente obra, de interesse para todos aqueles preocupados com a Educação em nosso país, constitui oportuna contribuição ao estudo da pré-escola, ainda carente de pesquisas e avaliações sistemáticas e, mais especificamente, aos aspectos ligados a utilização de serviços de caráter não profissional, como é o caso das mães-monitoras, recurso cada vez mais preconizado pelos programas oficiais, nessa área.

Elisabeth Gelli Yazlle

CONTRA A CHIBATA — MARINHEIROS BRASILEIROS EM 1910

Marcos A. da Silva
São Paulo, Brasiliense, 1982 (Tudo é história, 43)

O problema do livro didático no Brasil parece insólito. Professores mal remunerados — e, portanto, sobrecarregados — acabaram arrastados pela institucionalização do livro descartável, definindo perigosamente o conteúdo de suas aulas a partir dos seus textos. Mercadoria por excelência num sistema onde tudo se transforma em mercadoria, se descartável, tanto melhor: garante a perpetuação do consumo. E o livro deixa de ser visto com aquele carinho que lhe garantia respeitosamente um lugar na estante. Vai engrossar o lixo da sociedade industrial.

Mas a polémica livro descartável X livro tradicional é falso debate, ao menos no caso da História. O livro tradicional, com seu formalismo, frieza e pretensa objetividade, provocava tédio e afastamento dos estudantes, com sua História abstrata e burocrática. Não se pode afirmar, no entanto, que a História como disciplina escolar tornou-se concreta porque ela é agora apresentada "a cores" ou em quadrinhos e exercitada em forma de testes e palavras cruzadas. História é transformação e, portanto, processo/sucessão de situações contraditórias, nas quais, povos específicos e/ou a humanidade aparecem como resultantes ou como sujeitos. Essa visão não se obtém "estudando" um livro-texto, por melhor programação que o envolva, planejado a partir desta ou daquela teoria da aprendizagem. Não podemos esquecer ainda a seriedade do fato histórico. Fazer palavras cruzadas ou preencher testes pontilhados pode até ser divertido e ajudar a memorizar fragmentos que nada tem a ver com a verdadeira História. Mas para perceber a História como processo, o aluno, principalmente a partir do 2º grau — e já na 8ª série — precisa ter acesso a livros que complementam a visão sintetizada do seu manual escolar. E variados, de modo que ele possa perceber a riqueza dos fatos e de suas interpretações possíveis, além dos momentos históricos sobre os quais pouco ou nada se fala.

Dirão os realistas (leia-se pessimistas) que estou propondo o impossível. Afinal, nossas escolas de 2º grau — face à escassez de verbas — não têm condições para oferecer aos alunos tal variedade de livros que pudesse cobrir programas anuais.

Mostrarei, comentando um pequeno livro da Coleção "Tudo é História", da Brasiliense, que isto não só é possível — a partir de 05 ou 06 livros desse tipo — como oferece possibilidades infinitas ao Professor de História.

A Revolta da Chibata é momento histórico sobre o qual pouco se fala. E os motivos do silêncio são óbvios. Como pode uma Historiografia que pretende retratar um povo tão "pacífico", e ainda mais com uma classe dominante tão "bondosa", admitir que, ainda no século XX, utilizavam-se castigos físicos para opri-

mir marinheiros?

Grande parte dos livros de História para o 2º grau ou ignora esse fato, ou se refere a ele como algo muito específico do quadriênio Hermes da Fonseca. Aliás, aprisionados dentro dos tais quadriênios da República Velha, escamoteiam-se inúmeros acontecimentos importantes, através dos quais pode-se sentir pulsar um povo que resiste, reage, mas nunca é levado em conta.

Mesmo para os autores que mais recentemente apresentam propostas novas e procuram escrever uma História crítica e reflexiva, o espaço de um livro é limite obstaculizador dos seus propósitos. Impossível sintetizar em pequenos capítulos toda grandeza de certos momentos históricos. O estudante só entende uma síntese quando lhe conhece os principais fatos. Veja-se, por exemplo, o livro *História da sociedade brasileira* (01), de Alencar, Carpi e Ribeiro — excelente pela proposta de História do povo que apresenta. Dedicada duas páginas escritas ao fato, traz a fotografia do líder João Cândido e a letra famosa do "Mestre-sala dos mares". Mas, apesar do título sugestivo "O mar vira sertão", não consegue uma linguagem viva capaz de chamar atenção para o fato, o qual acaba "desaparecendo" diante do maior impacto causado por Canudos ("O sertão vai virar mar"), cujos textos mais longos e trabalhados — um antes e outro depois do item 07 — conseguem eclipsá-lo. É o resultado da necessidade de sintetizar a História para efeitos didáticos. Sem a interpretação e sem os detalhes específicos, os fatos perdem sentido.

No entanto, se o professor puder transcender o livro-texto, passando com seus alunos pela leitura de pequenos livros que abordam fatos específicos de maneira explicativa — a História interpretada teoricamente —, ele poderá enriquecer tais abordagens sumárias. Para isso, é preciso que se organizem bibliotecas em todas as escolas — afinal, não é pedir muito que uma escola tenha biblioteca — onde tais pequenos livros existam em número suficiente para garantir o acesso a todos os estudantes.

O livro que vou comentar presta-se exatamente a esse tipo de articulação com o livro-manual: *Contra a chibata — Marinheiros brasileiros em 1910*, do historiador Marcos A. da Silva. Em pouco mais de 80 páginas, em edição de bolso, o autor consegue, dissecando um fato específico, traçar o quadro real da sociedade brasileira de inícios do século. Embora baseado em pesquisa de fôlego, seu livro pode ser entendido por qualquer adolescente que tenha um professor disposto a orientá-lo.

Acoplado ao manual didático, esse texto tornará não só mais atraente o conteúdo da História da República Velha, como desvendará ao jovem — e ao público em geral — fenômenos aparentemente obscuros.

Por exemplo, o texto se inicia recordando um trecho de jornal carioca que, ao final da revolta, proclama a necessidade de esquecê-la. Evocação bastante esclarecedora para nossos estudantes. E quantas associações pode fazer a partir daí um professor criativo, recordando a seus alunos a queima dos arquivos de escravidão, o silêncio sobre a rebelião dos escravos negros ao longo dos séculos, o desconhecimento sobre a organização dos cabanos de Pernambuco...

E ainda, — ao mostrar criticamente a tendência que têm certos historiadores a abstrair "espaços pu-

ros" para neles situar certas categorias históricas (Exército, Estado, Burocracia) — o autor concretiza, para o leitor, o quadro social da época, destacando os métodos através dos quais se recrutavam voluntária ou compulsoriamente as praças. Sem muitas complicações teóricas descreve o mercado de trabalho no qual a Marinha da época se apresentava como "compradora". Equacione-se, a partir daí, o problema dos marinheiros revoltados como parte integrante das classes subalternas da sociedade, ficando claro então que o nosso "Almirante negro" e seus comandados não se constituíram num grupo "sui gêneris". Muito pelo contrário, através dele, é o chão social do país que se expressa. Exageradas as condições de opressão, num determinado momento torna-se impossível suportá-las.

Embora falte uma melhor caracterização dos marujos, em sua especificidade dentro dos grupos dominados — o que aliás não se torna necessário numa obra desse tipo —, o autor descarta logo que, a partir da legitimação dos métodos de recrutamento, se possa fazer qualquer avaliação justa dos seres humanos aí envolvidos. Desmascara então a ideologia de autores — alguns até simpáticos à revolta — que assumiram o ponto de vista que justificava os castigos corporais. E podemos sentir então como, através das avaliações realizadas na época, é possível detectar todos os injustos preconceitos da sociedade brasileira, elaborados sutilmente por cabeças intelectuais: preconceitos contra negros, mulatos, homens rurais pobres, desempregados etc. Os castigos físicos na Marinha refletem a maneira como se encarava o povo de modo geral. Afinal, mal saíramos de séculos de escravidão, durante os quais os rigores da chibata eram "normais" se aplicados sobre aquela população dominada.

O autor desmascara ainda as funções policiais da Marinha contra trabalhadores em greve. Ao ler esse livro, o estudante secundário vai aprender que havia luta de classes e imprensa operária no Brasil do início do século — fatos esses ainda hoje difíceis de serem aceitos pela ideologia oficial — e que a rivalidade entre Brasil e Argentina na 1ª década do século XX quase desembocou em conflito armado, desmistificando as fábulas de uma evolução pacífica da História Brasileira. Através do texto, perpassam ainda: a desmistificação da campanha "civilista", onde avultou a posição das incipientes classes médias urbanas no Brasil agrário de então, a importância da fração cafeicultora da classe dominante, o reflexo das condições estruturais na literatura e a desvalia a que se relegavam os subalternos.

Observe-se como apenas a descrição do quadro geral em que se dá a revolta ajuda a dar sentido a qualquer livro didático. Na medida em que se aprofunda nos aspectos sociais da época, reconstrói a História Concreta, pano de fundo essencial onde a ideologia escreveu a História Oficial.

O relato da revolta mostra ainda a competência e organização dos marinheiros, bem como o cinismo com que são desqualificados pela grande Imprensa e pelo Congresso Nacional. Momento primoroso do livro, no entanto, é aquele em que o autor ressalta o notável nível de consciência e "voluntariedade" das reivindicações dos marinheiros no texto enviado ao Presidente da República. E como depois, o deputado gaúcho que os orienta

consegue uma reviravolta aparentemente inexplicável em que o tom altivo das reivindicações é substituído pelo pedido de anistia: a paulatina rendição não foi obtida pelas armas e sim pela hegemonia. O oprimido se submetendo nos faz lembrar que o escravo é aquele que escolhe viver. E os revoltados perdem a luta a nível das cabeças e das almas.

Sobressaem ainda o oportunismo político e os preconceitos de classe com que parlamentares, representantes do povo (do povo?), trataram a Revolta e a cobertura que lhe foi dada pela imprensa diária. Nesta, o autor destaca aspectos, nos quais o leitor pode observar a "contraditoriedade" em que se situavam as avaliações — piedade com relação aos marinheiros mas impossibilidade de aceitá-los como voz ativa nas determinações das suas condições de trabalho —, além do farisaísmo evidente dos mais conservadores.

O autor analisa ainda a postura excludente da revista *Careta*, que, além de desqualificar os revoltosos, apresenta-os ora como monstros agressores, ora como caricaturas do que realmente foram. Sua facilidade em analisar conteúdo, fotos, caricaturas — resultante da sua formação, que envolve produção de artes visuais — enriquece o texto e isso pode ser mais um aspecto atraente aos adolescentes. Daí a força comunicativa do texto. Por exemplo, nas poucas páginas em que se ocupa da revista *O Malho*, pode-se sentir a corrente de opinião autoritária e ultraconservadora que não reconhece ao menos o caráter bárbaro dos castigos físicos. Sabe-se que havia no Rio de Janeiro correntes de opinião favoráveis aos marinheiros, descritas pelo jornalista Gondim da Fonseca no livro *Senhor Deus dos desgraçados*, mas certamente não eram formadas por leitores dessas revistas (02).

É possível sentir ainda a totalidade da situação em que se dava a revolta quando o autor fala sobre o medo expresso pelo jornal *O Estado de São Paulo* frente ao possível deslocamento dos navios revoltados para Santos e sobre os boatos referentes à solidariedade que os ferroviários pretendiam prestar aos marinheiros, desencadeando uma greve.

Desmascarada a grande Imprensa e suas motivações burguesas, o autor capta, a seguir, o movimento dos dominados na ótica da Imprensa operária. E é aqui que nossos estudantes poderão descobrir a imprensa operária, na qual um articulista apresenta os marujos como grupo que recupera sua dimensão humana através da evolução de sua consciência. E nós leitores descobrimos aí um precursor de Fannon, e Memmi em plena América Latina do início do século (03).

A técnica de revelar e desvelar fatos através da Imprensa torna-se aqui um útil instrumento para situar as ambigüidades e "flutuações" dos homens públicos, premidos por sua situação de classe, porque desmascara suas motivações ideológicas. As inconsistências e ambigüidades dos dominantes, contrapõem-se fragilidade e falta de organicidade do conjunto dominado. Faltou apenas a determinação — ou as *determinações* — históricas desta fra-

güidade. Mas isto só se apreende refletindo sobre toda a História. E aqui o autor tem o cuidado de mostrar que neste episódio o que pode parecer à primeira vista um "mar de inconseqüências" (traição da anistia concedida pelos dominantes e submissão final à ideologia pelos dominados), tem por trás de si uma lógica implacável: a lógica da força numa sociedade extremamente autoritária. O que não impediu que, num determinado momento, os dominados se projetassem além do círculo infernal da opressão, ainda que fosse por alguns dias. Restabelecendo o valor histórico de um fato que durou poucas semanas, o autor conseguiu radiografar nossas estruturas sociais em aspectos cruciais — o autoritarismo, o mais evidente.

Alonguei-me um tanto nesta resenha, um pouco por entusiasmo mesmo e um pouco porque isto não é somente uma resenha. Ao comentar este livro, desejava demonstrar como fatos narrados fria ou "apressadamente" no livro didático podem ser observados "vivos" em livros que se ocupam especificamente deles.

Em suma: pequenos livros a preços idem podem ser adquiridos por Bibliotecas escolares em número razoável. Poderão ser vendidos mais barato pela editora, já que as escolas estarão divulgando seus livros. Ora, se o professor de História puder programar para um ano escolar 05 ou 06 dessas obras, situando fatos de diferentes momentos históricos, teremos resolvido o problema considerado insolúvel no início deste artigo. Aliás, teremos resolvido vários problemas. Por exemplo, teremos colocado ao alcance de um público em formação livros que circulam somente entre os privilegiados membros da elite acadêmica deste país. Ia me esquecendo: estaremos ensinando a verdadeira História a nossos estudantes de todas as áreas.

Dulce C.A. Whitaker

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALENCAR, Francisco, CARPI, Lúcia e RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. *História da sociedade brasileira*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1981.
 - 2 FONSECA, Gondim da. *Senhor Deus dos desgraçados*, s.n.t.
 - 3 FANNON, F. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- MEMMI, Albert. *Retrato de un colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Tradução de Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967 (Eccumenismo e Humanismo — 11).